



Matosinhos
Câmara Municipal



Consolidação de Contas 2010

Consolidação de Contas 2010

Índice

- 1 Relatório de Gestão Consolidado
- 2 Balanço Consolidado
- 3 Demonstração de Resultados Consolidada
- 4 Fluxos de Caixa Consolidados
- 5 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas
- 6 Certificação Legal das Contas



Matosinhos
Câmara Municipal

Consolidação de Contas 2010

Relatório de Gestão Consolidado

1



Matosinhos
Câmara Municipal

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se assistido, em Portugal, a uma alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das atribuições e competências dos municípios, que, numa lógica de grupo municipal, têm vindo a recorrer a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial. O município de Matosinhos não foi excepção e constituiu duas empresas Municipais: em 1999, a MatosinhosHabit – Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, que, sob a tutela da Câmara Municipal Matosinhos, teria como objecto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município; e, no ano 2002, a Matosinhos Sport – Empresa Municipal de Desporto, EM, que visaria assegurar o planeamento, a administração, a gestão e a manutenção de espaços e equipamentos desportivos da autarquia, bem como de promover e realizar actividades e eventos de animação desportiva.

Neste contexto, facilmente se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das actividades desenvolvidas e a necessidade de objectividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se inevitável.

Esta ferramenta de gestão tem como objectivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

A Nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) veio determinar a obrigatoriedade da consolidação de contas para os Municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local. De facto, o n.º 1 daquela artigo estabelece que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com

os respectivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos.”

No entanto, apesar de no n.º2 do artigo 46.º remeter para o POCAL relativamente aos procedimentos contabilísticos para a consolidação dos balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais, o certo é que, até ao momento, este diploma não abrange esta temática.

Foi entretanto publicada, em 15 de Junho de 2010, a Portaria n.º 474/2010, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo” e cujo âmbito inclui os Municípios.

No entanto, apenas no início de Maio de 2011, foram publicadas pelo grupo SATAPOCAL um conjunto de instruções que permitiriam a aplicação deste regime pelos Municípios de forma coerente, harmoniosa e comparável atendendo às lacunas que persistiam da articulação dos vários regimes: Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010.

De acordo com as disposições transitórias para o exercício 2010 constantes no conjunto de instruções publicadas pelo grupo SATAPOCAL, o exercício de 2010 deverá ser considerado como o “ano zero” da consolidação de contas no subsector das autarquias locais, pelo que não é exigível a apresentação, para efeitos de comparação, de informação financeira consolidada reportada ao início do exercício.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, os Municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital de entidades dos sector empresarial local, devem proceder à elaboração de contas consolidadas. Neste sentido, o Grupo Público Municipal engloba o Município de Matosinhos e as duas empresas municipais acima mencionadas: MatosinhosHabit - MH, EEM e Matosinhos Sport - MS, EEM.

A Matosinhos Sport – Empresa Municipal de Desporto, foi constituída com o objectivo de proporcionar um serviço de qualidade na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e, através dos Programas Municipais de Fomento Desportivo, incentivar a prática desportiva da generalidade dos cidadãos. Partindo deste pressuposto e procurando incrementar, melhorar e diversificar continuamente a oferta desportiva, a Matosinhos Sport - MS, hoje denominada EEM – Entidade Empresarial Municipal, apoia, de forma criteriosa, o fomento desportivo e colabora activamente com a Câmara Municipal de Matosinhos no campo do Associativismo Desportivo.

A MatosinhosHabit – MH, EEM, tem como objecto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município, a promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade, sendo responsável pela gestão de parque habitacional propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos num total de 4284 fogos distribuídos por todas as Freguesias do Concelho.

Ad contrarium e uma vez que o artigo 46.º da Lei n.º 2/2007 apenas se refere às condições em que é obrigatória a consolidação de contas, entende-se que o espírito da lei seria de não incluir entidades em que a participação no capital fosse inferior a 100%. Neste sentido, foram excluídas do perímetro de consolidação as seguintes entidades:

1. LEIXÕES SPORT CLUB - FUTEBOL, SAD
2. METRO DO PORTO, S.A.
3. PRIMUS - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, EMT, S.A.
4. PORTGÁS - SOC. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS, S. A.
5. ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S. A.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método de consolidação adoptado na consolidação de contas do Município de Matosinhos foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respectivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

A crise financeira e económica internacional afectou também, como não poderia deixar de ser, a economia portuguesa. Sobretudo durante o ano de 2009, mas já com significado em 2008, a actividade económica em Portugal foi fortemente condicionada pela propagação dos efeitos da crise, que se fez sentir, igualmente, nos principais parceiros comerciais do nosso país. Depois de um crescimento nulo em 2008, Portugal registou em 2009 um crescimento negativo de 2,7% do PIB, ainda assim melhor do que a média verificada na zona euro ou na UE27. Paralelamente, registou um significativo aumento da taxa de desemprego, que se fixou em 9,5%, em média anual.

Inevitavelmente, a quebra das receitas do Estado e, em geral, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a par das medidas, concertadas entre os vários Estados-membros da União Europeia, de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, tiveram consequências negativas sobre as contas públicas de todos os países. Portugal não foi excepção, pelo que o processo de consolidação orçamental foi interrompido em 2008, em grande parte devido a uma significativa diminuição das receitas fiscais.

Face aos efeitos da crise na situação das contas públicas, e mantendo-se embora um conjunto de políticas para a promoção do crescimento económico e do emprego, o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) veio definir uma estratégia de consolidação orçamental, com o objectivo de reduzir o défice público para 2,8% do PIB até 2013 e de controlar o crescimento da dívida pública.

O ano de 2010 ficou assim marcado por uma conjuntura económica negativa, caracterizada também pelo início da inversão de um ciclo de baixa generalizada de taxas de

juízo. Do ponto de vista de contexto, relevam também as medidas de consolidação das finanças públicas com a adopção de novas medidas restritivas em meados do ano traduzidas, desde logo, numa redução de 100 milhões de euros nas transferências para as autarquias locais, afectando também o Município de Matosinhos com um impacto negativo de cerca de 0,7 milhões de euros.

Apesar deste contexto desfavorável, os resultados apresentados são globalmente positivos, evidenciando que o Município do Matosinhos procurou manter o equilíbrio financeiro, nomeadamente através do recurso a fundos comunitários, conseguindo, dessa forma, garantir o nível de investimentos dos últimos anos.

4.2 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2010, dando a conhecer, por um lado, o Activo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Activo reparte-se em Imobilizado – ou Activo Fixo – e em Activo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Matosinhos permite verificar o forte peso do Município enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 99% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Quadro n.º 1

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

(Un: Euros)

Descrição	2010	
	Valor	Peso %
ACTIVO		
IMOBILIZADO	620.948.852,62	96,1
<i>Bens de Domínio Público</i>	120.362.123,32	18,6
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	899.070,51	0,1
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	498.296.630,80	77,1
<i>Investimentos Financeiros</i>	1.391.027,99	0,2
CIRCULANTE	25.333.605,69	3,9
<i>Existências</i>	361.873,82	0,1
<i>Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos</i>	31.564,58	0,0
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	9.116.794,23	1,4
<i>Títulos Negociáveis</i>	0,00	0,0
<i>Disponibilidades</i>	9.904.908,87	1,5
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	5.918.464,19	0,9
TOTAL DO ACTIVO	646.282.458,31	100,0
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS	459.651.157,70	71,1
<i>Património</i>	409.816.918,13	63,4
<i>Ajustamento partes Capital</i>	0,00	0,0
<i>Reservas</i>	13.729.753,35	2,1
<i>Resultados Transitados</i>	44.592.270,11	6,9
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	-8.487.783,89	-1,3
PASSIVO	186.631.300,61	28,9
<i>Provisões para riscos e encargos</i>	0,00	0,0
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	37.642.907,30	5,8
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	44.268.255,10	6,8
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	104.720.138,21	16,2
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	646.282.458,31	100,0

Uma vez que, como já foi referido, o ano 2010 é considerado o “ano zero” em termos de consolidação, não poderemos fazer uma análise da evolução de cada uma das componentes, limitando-nos apenas a fazer um análise em termos de estrutura.

Através da análise da estrutura do **Activo**, podemos constatar que peso relativo do Activo Fixo é de 96,1%, muito semelhante aliás ao peso em termos das contas individuais das contas do Município de Matosinhos. Em termos de grupo, o Município assume aqui uma posição dominante, responsável em 96,7% por este agregado. Em termos de Activo Circulante, que na estrutura do activo consolidado tem um peso de apenas 3,9%, a posição do Município, embora importante, apresenta um peso menor (84,2%)

No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, e tendo em consideração que a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2011 (amortizações de capital) se encontra relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo e que representa 4,67 milhões de euros, poderemos, poderemos afirmar que a dívida em termos de exigibilidade se encontra repartida de forma ponderada entre curto prazo e médio/longo prazo.

Já na estrutura dos **Fundos Próprios** consolidados, que representam, no final do exercício, 459.651.157,70 euros, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do grupo municipal que tem um peso de 89,2% neste agregado. Também, dentro deste agregado, verifica-se um contributo negativo dos Resultados Líquidos do Exercício, à semelhança aliás do que já se havia constatado nas contas do Município de Matosinhos.

4.3 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do grupo municipal em gerar fluxos de caixa.

Também a análise a esta demonstração financeira se revela limitada face à inexistência de histórico que nos permita avaliar a evolução dos diversos agregados. Teremos que nos confinar à análise da sua estrutura.

Analisando a estrutura dos **Custos e Perdas** do grupo municipal, podemos desde logo constatar que são os Fornecimentos e Serviços Externos, os Custos com Pessoal e as Amortizações do Exercício os que mais contribuem para o seu total. Embora o peso dos custos com pessoal tenha superado o peso dos Fornecimentos e Serviços Externos, a diferença entre ambos é de apenas de 0,7 p.p..

Do lado dos **Proveitos** há que salientar o peso que os Impostos e Taxas assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por quase metade dos proveitos do Grupo Municipal.

De mencionar apenas o crescimento acentuado quer dos custos e perdas extraordinárias, quer dos proveitos e ganho extraordinários, explicados pela anulação da liquidação efectuada no processo da CEPSA Portuguesa Petróleos, SA e que já havia sido referenciado nas contas do Município de Matosinhos.

Quadro n.º 2

Síntese da Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2010	
	Valor	Peso %
CUSTOS E PERDAS		
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	982.124,82	0,8
Fornecimentos e Serviços Externos	34.967.354,01	27,8
Custos com o Pessoal	35.871.168,37	28,5
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	7.092.235,56	5,6
Amortizações do Exercício	26.593.434,53	21,1
Provisões do Exercício	41.525,01	0,0
Outros Custos Operacionais	299.009,64	0,2
(A) Custos e Perdas Operacionais	105.846.851,94	84,1
Custos e Perdas Financeiros	869.233,88	0,7
(C) Custos e Perdas Correntes	106.716.085,82	84,7
Custos e Perdas Extraordinários	19.207.166,75	15,3
Total dos Custos e Perdas	125.923.252,57	100,0
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas e Prestações de Serviços	8.845.874,86	7,5
Impostos e Taxas	53.506.436,17	45,6
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	18.024,33	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	26.891.955,95	22,9
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	2.530.000,00	2,2
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	91.792.291,31	78,2
Proveitos e Ganhos Financeiros	495.550,69	0,4
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	92.287.842,00	78,6
Proveitos e Ganhos Extraordinários	25.147.626,68	21,4
Total dos Proveitos e Ganhos	117.435.468,68	100,0
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-14.054.560,63	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-373.683,19	
Resultados Correntes: (D) - (C)	-14.428.243,82	
Resultados Extraordinários:	5.940.459,93	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-8.487.783,89	

Procedendo a uma análise genérica, podemos concluir que, com excepção dos resultados extraordinários, todos os outros resultados relevam uma proeminência dos custos face aos proveitos, apesar de termos assistido, no último ano, com já havíamos constatado nas Contas do Município a uma evolução favorável dos dois componentes: redução de custos, por um lado, e aumento dos proveitos, por outro.

4.4 Dívida do Grupo Municipal

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efectiva se ter mantido, à semelhança do ano anterior, acima dos 100 milhões de euros, o recurso ao crédito revelou-se uma importante estratégia para fazer face às crescentes despesas de investimento do nosso município.

Quadro n.º 24
Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2007	2008	2009	2010
1- Dívida de Médio Longo Prazo no início do período	53.340.177,44	49.606.021,40	47.538.789,53	44.729.072,68
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	295.250,53	1.953.728,98	1.454.139,60	2.992.748,38
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	4.029.406,57	4.020.960,85	4.263.856,46	5.674.599,32
5 - Rectificação de anos anteriores	0,00	0,00	150,94	74.778,75
Dívida no final do período (1+2+3-4)	49.606.021,40	47.538.789,53	44.729.072,68	42.047.221,74
Taxa de Crescimento da Dívida	-7,0%	-4,2%	-5,9%	-6,0%

O quadro anterior espelha a evolução da dívida do grupo municipal, e que se confina apenas ao Município, nos últimos quatro anos, verificando-se uma tendência descendente, uma vez que a dívida passou, nos quatro últimos anos, de 49.606.021,40 euros para 42.047.221,74 euros. Convém, no entanto, referir que, no caso de Matosinhos, este facto não se prende com a imposição legal da restrição do recurso ao crédito, já que, como foi referido no Relatório de Gestão, a capacidade de endividamento está longe de ser atingida.

4.5 Indicadores de Gestão

4.5.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o activo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 18,7% do activo total do Município de Matosinhos e cerca de 18,6% do activo total do Grupo Municipal) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 3 relativamente ao grupo municipal, permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 3

Indicadores	2010
Estrutura do Activo	
Activo Fixo / Activo Total	96,1%
Activo Circulante / Activo Total	3,9%
Activo Fixo / Activo Circulante	2451,1%
Estrutura do Passivo	
Passivo longo prazo / Passivo Total	20,2%
Passivo curto prazo / Passivo Total	23,7%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	85,0%
Análise do Activo Fixo	
Activo fixo / Endividamento a médio longo prazo	1649,6%
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	24,6%
Análise do Passivo Exigível	
- Coeficiente de endividamento a curto prazo	
Dívida de curto prazo / Património Líquido	9,6%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo	
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	8,2%
Índices de Liquidez	
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	22,4%
Activo circulante / Exigível a curto prazo	57,2%
Índice de Solvência	
Dívidas a terceiros / Activo total	12,7%

Pela análise dos rácios da estrutura do activo, podemos ver que o peso do activo circulante no total do activo é muito ténue, ao contrário do que se passa com o activo fixo. De facto, o peso do activo fixo sobre o circulante é enorme (2.451,1%).

No que se refere à estrutura do passivo, o passivo de curto prazo assume, no passivo total do grupo municipal, um peso superior ao do passivo de médio e longo prazo, a que não é alheio o facto da dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante

o ano 2011 (amortizações de capital) se encontrar relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo. Se assim não fosse, o passivo de longo prazo seria superior ao de curto prazo em 2,7 milhões de euros.

Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: o coeficiente de endividamento de curto prazo é superior ao coeficiente de endividamento de médio e longo prazo em 1,4 p.p..

O Activo Fixo constitui basicamente o investimento directo do Grupo Municipal, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. A relação do activo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, permite-nos aferir da percentagem do imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo, traduzindo, igualmente, a garantia, em bens, aos seus financiadores. Analisado o rácio encontrado, verifica-se que o activo fixo supera o endividamento de médio e longo prazo em 16,5 vezes. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 19% do imobilizado avaliado do grupo municipal são bens de domínio público. Portanto este indicador de solvabilidade deverá ser encarado como meramente indicativo.

A relação entre as Amortizações Acumuladas e o Imobilizado Bruto aponta o coeficiente de envelhecimento do imobilizado; se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto a tendência será para o seu envelhecimento. Em 2010, este indicador assumiu, para o grupo municipal, o valor de 24,6%.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, e particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2010, as disponibilidades, em termos de grupo municipal, eram 4,5 vezes inferiores ao passivo de curto prazo.

Da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva do grupo: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Activo Total é de apenas 12,7%.

Finalmente, haverá ainda que fazer referência aos Índices de Solvabilidade que traduzem a capacidade do Grupo Municipal, como um todo, solver as suas obrigações numa

perspectiva de médio/longo prazo, isto é, trata-se de uma questão de liquidez na óptica da capacidade de continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas nos prazos devidos. Em suma, medem a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade e, portanto, um valor baixo destes indicadores é sinónimo de fragilidade económico-financeira, podendo representar a inviabilidade da mesma a médio/longo prazo. Poderão ser vistos sob três ópticas:

Solvabilidade I	
Fundo Patrimonial / Passivo	246,3%
Solvabilidade II	
Activo Líquido / Passivo	346,3%
Solvabilidade Adaptado	
Activo Líquido s/ BDPub / Passivo	281,8%

Solvabilidade I – relaciona os Fundos Próprios com o Passivo;

Solvabilidade II – relaciona o Activo Líquido com o Passivo (indica a solvabilidade em sentido estrito e deve ser superior a 100%, caso contrário evidencia uma situação líquida negativa);

Solvabilidade Adaptado - relaciona o Activo Líquido expurgado dos bens de domínio público com o Passivo.

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2010, aparece reflectido no Quadro n.º 4, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 116.011.262,32 euros – 109.532.713,83 euros provenientes de receitas orçamentais e 6.478.548,49 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

Desta forma, sendo a Despesa Global (109.164.241,66 euros) inferior em 368.472,17 euros à receita efectivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 7.203.122,76 euros, o saldo transitado para a gerência seguinte será de 7.097.110,22 euros. Este saldo poder-se-á decompor em 6.253.685,85 euros como saldo de operações orçamentais e 843.424,37 euros como saldo de operações de tesouraria.

Quadro n.º 4
Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	7.203.122,76	Despesas Orçamentais	109.164.241,66
Execução Orçamental	5.885.213,68	Correntes	72.587.600,79
Operações de Tesouraria	1.317.909,08	Capital	36.576.640,87
Receitas Orçamentais	109.532.713,83	Operações de Tesouraria	6.953.033,20
Correntes	88.289.696,69	Saldo para a Gerência Seguinte	7.097.110,22
Capital	21.239.529,73	Execução Orçamental	6.253.685,85
Outras	3.487,41	Operações de Tesouraria	843.424,37
Operações de Tesouraria	6.478.548,49		
Total	123.214.385,08	Total	123.214.385,08

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2010, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 6.478.548,49 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 6.953.033,20 euros.

Talvez seja útil referir que são consideradas Operações de Tesouraria as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros. São operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objecto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

Consolidação de Contas 2010

Balanço Consolidado

2



Matosinhos
Câmara Municipal

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE

GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2010

ANEXOS DO POCAL	CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	ACTIVO	N		
			AB	A/P	AL
		Imobilizado:			
	451	Bens de domínio público			
	452	Terrenos e recursos naturais	3.558.674,53		3.558.674,53
	453	Edifícios	2.851.992,72	71.232,20	2.780.760,52
	453	Outras construções e infra-estruturas	221.659.252,42	125.938.447,10	95.720.805,32
	455	Bens do património histórico, artístico e cultural	2.158.019,72	75.931,83	2.082.087,89
	459	Outros bens de domínio público	1.433.386,65	272.352,60	1.161.034,05
	445	Imobilizações em curso	15.058.761,01		15.058.761,01
	446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público			0,00
			246.720.087,05	126.357.963,73	120.362.123,32
		Imobilizações incorpóreas			
	431	Despesas de instalação			0,00
8.2.7	432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.413.944,36	887.824,29	526.120,07
8.2.8	433	Propriedade industrial e outros direitos	64.183,69	1.218,97	62.964,72
8.2.11	443	Imobilizações em curso	309.985,72		309.985,72
8.2.12	449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas			0,00
			1.788.113,77	889.043,26	899.070,51
		Imobilizações corpóreas			
	421	Terrenos e recursos naturais	123.288.308,56		123.288.308,56
	422	Edifícios e outras construções	365.964.578,90	51.858.435,07	314.106.143,83
	423	Equipamento básico	11.023.017,55	8.233.417,51	2.789.600,04
	424	Equipamento de transporte	4.637.993,45	4.167.926,61	470.066,84
	425	Ferramentas e utensílios	1.549.086,90	1.533.847,82	15.239,08
	426	Equipamento administrativo	6.991.000,12	6.286.207,50	704.792,62
	427	Taras e vasilhame	569,24	515,79	53,45
	429	Outras imobilizações corpóreas	7.112.172,87	3.305.109,51	3.807.063,36
	442	Imobilizações em curso	53.044.989,38		53.044.989,38
	448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	70.373,64		70.373,64
			573.682.090,61	75.385.459,81	498.296.630,80
		Investimentos financeiros			
	411	Partes de capital	1.991.027,99	600.000,00	1.391.027,99
8.3.5.1	412	Obrigações e títulos de participação			0,00
8.3.5.2	414	Investimentos em imóveis			0,00
	415	Outras aplicações financeiras			0,00
	441	Imobilizações em curso			0,00
	447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros			0,00
			1.991.027,99	600.000,00	1.391.027,99
		Circulante:			
		Existências:			
8.2.29	36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	361.745,12		361.745,12
8.2.30	35	Produtos e trabalhos em curso			0,00
	34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00
	33	Produtos acabados e intermédios			0,00
	32	Mercadorias	128,70		128,70
	37	Adiantamentos por conta de compras			0,00
			361.873,82	0,00	361.873,82
		Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)			
	282	Empréstimos concedidos	31.564,58		31.564,58
			31.564,58	0,00	31.564,58
		Dívidas de terceiros - Curto prazo:			
	281	Empréstimos concedidos			
8.2.2	211	Clientes c/c	626.491,06		626.491,06
8.2.22	212	Contribuintes c/c	827.750,23	500.668,79	327.081,44
	213	Utentes c/c	81.450,85		81.450,85
	218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	20.891.242,09	20.712.862,17	178.379,92
	251	Devedores pela execução do orçamento			0,00
	229	Adiantamentos a fornecedores			0,00
	2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	834.839,31		834.839,31
	24	Estado e outros entes públicos	110.322,74		110.322,74
	264	Administração autárquica	488.381,90		488.381,90
	262+263+267+268	Outros devedores	6.469.847,01		6.469.847,01
			30.330.325,19	21.213.530,96	9.116.794,23
		Títulos negociáveis:			
8.2.17	151	Ações			
	152	Obrigações e títulos de participação			
	153	Títulos de dívida pública			
	159	Outros títulos			
	18	Outras aplicações de tesouraria			
			0,00	0,00	0,00
		Depósitos em instituições financeiras e Caixa:			
	12	Depósitos em instituições financeiras	8.795.731,30		8.795.731,30
	11	Caixa	1.109.177,57		1.109.177,57
			9.904.908,87	0,00	9.904.908,87
		Acréscimos e diferimentos:			
	271	Acréscimos de proveitos	5.395.232,50		5.395.232,50
	272	Custos diferidos	523.231,69		523.231,69
8.2.7		Total de amortizações	5.918.464,19	0,00	5.918.464,19
8.2.27		Total de provisões.....			
		Total do activo	870.728.456,07	224.445.997,76	646.282.458,31

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL

ANO 2010

	CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	CÓDIGO DAS CONTAS SNC	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	ANO N
8.2.28	51	51	Fundos próprios:	
	55		Património	409.816.918,13
	56		Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00
			Reservas de reavaliação	0,00
			Reservas:	0,00
	571	551	Reservas legais	2.352.232,01
	572	552	Reservas estatutárias	0,00
	573		Reservas contratuais	0,00
	574	552	Reservas livres	0,00
	575	593	Subsídios	4.794.712,94
	576	594	Doações	6.582.808,40
	577		Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00
			Outras Variações no Capital Próprio	0,00
	59	56	Resultados transitados	44.592.270,11
88		Resultado líquido em exercício	-8.487.783,89	
			459.651.157,70	
	292	Passivo:		
		Provisões para riscos e encargos	0,00	
		Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
	2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	37.372.521,87	
	2611	Fornecedores de imobilizado c/c	270.385,43	
			37.642.907,30	
		Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
	2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	4.674.699,87	
	2311	Empréstimos de curto prazo	413.002,53	
	269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	
	2211+2212+2214+2215	Fornecedores c/c	15.805.623,75	
	2213	Fornecedores - Cauções e Garantias	2.724,60	
	228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	3.127.660,01	
	252	Credores pela execução do orçamento	0,00	
	219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	
	2611+2614	Fornecedores de imobilizado c/c	12.683.041,77	
	2612	Fornecedores Imobilizado c/ cauções e garantias	1.697.567,19	
	2613	Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia	907.814,72	
	24	Estado e outros entes públicos	588.472,63	
	264	Administração autárquica	1.288.197,31	
	262+263+265+267+268	Outros credores	1.993.540,11	
	217	Cientes e Utentes com Cauções	1.085.910,61	
			44.268.255,10	
		Acréscimos e Diferimentos:		
	273	Acréscimos de Custos	6.450.852,02	
	274	Proveitos diferidos	98.269.286,19	
			104.720.138,21	
		Total do passivo	186.631.300,61	
		Total dos fundos próprios e do passivo	646.282.458,31	

Consolidação
de
Contas
2010

Demonstração de Resultados Consolidada

3



Matosinhos
Câmara Municipal

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2010

CÓDIGO DAS CONTAS		Ano N
61	Custos e perdas Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	
	Mercadorias	2.012,12
	Matérias	980.112,70
62	Fornecimentos e serviços externos:	34.967.354,01
	Custos com o pessoal:	0,00
641+642	Remunerações	28.896.347,93
643 a 648	Encargos sociais	6.974.820,44
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	7.092.235,56
66	Amortizações do exercício	26.593.434,53
67	Provisões do exercício	41.525,01
65	Outros custos operacionais	299.009,64
	(A)	105.846.851,94
68	Custos e perdas financeiros	869.233,88
	(C)	106.716.085,82
69	Custos e perdas extraordinários	19.207.166,75
	(E)	125.923.252,57
88	Resultado líquido do exercício	-8.487.783,89
	(X)	121.987.164,76
	Proveitos e ganhos	
	Vendas e prestações de serviços:	
7111	Venda de mercadorias	6.254,08
7112+7113	Venda de produtos	82.751,58
712	Prestações de serviços	8.756.869,20
72	Impostos e taxas	53.506.436,17
(a)	Variação da produção	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00
73	Proveitos suplementares	18.024,33
74	Transferências e subsídios obtidos	26.891.955,95
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	2.530.000,00
	(B)	91.792.291,31
78	Proveitos e ganhos financeiros	495.550,69
	(D)	92.287.842,00
79	Proveitos e ganhos extraordinários	25.147.626,68
	(F)	117.435.468,68
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	-14.054.560,63
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-373.683,19
	Resultados Correntes: (D - C)	-14.428.243,82
	Resultado Líquido de Exercício: (F - G)	-8.487.783,89

Consolidação de Contas 2010

Fluxos de Caixa Consolidados

4



Matosinhos
Câmara Municipal

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2010

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da Gerência anterior		7.203.122,76	Despesas Orçamentais		109.164.241,66
Execução Orçamental	5.885.213,68		Correntes	72.587.600,79	
Operações de Tesouraria	1.317.909,08		Capital	36.576.640,87	
Receitas Orçamentais		109.532.713,83	Operações de Tesouraria		6.953.033,20
Correntes	88.289.696,69		Saldo para a Gerência Seguinte		7.097.110,22
Capital	21.239.529,73		Execução Orçamental	6.253.685,85	
Outras	3.487,41		Operações de Tesouraria	843.424,37	
Operações de Tesouraria		6.478.548,49			
Total		123.214.385,08	Total		123.214.385,08

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

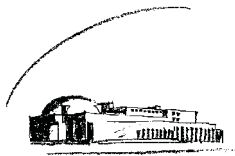
Consolidação de Contas 2010

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

5



Matosinhos
Câmara Municipal



INTRODUÇÃO

Decorre da Lei das Finanças Locais 2/2007 – n.º1 do art.º46, a obrigatoriedade de consolidar as contas municipais, desde que detenham serviços municipalizados ou a totalidade de entidades do sector empresarial local.

Aquela norma legal refere, no seu n.º 2, que os procedimentos contabilísticos para a consolidação são definidos no POCAL, o que não se verificou até à data.

Entretanto, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada a orientação n.º.1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

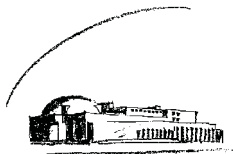
O Município de Matosinhos apresenta as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2010, reportado a 31 de Dezembro, sendo este considerado como o “ano zero” da consolidação de contas no subsector das Autarquias Locais.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º1 do art.º46 da Lei 2/2007 LFL – Lei das Finanças Locais, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:

Denominação	Sede Social	Actividade Principal	% Capital detido
Município de Matosinhos	Avenida D. Afonso Henriques 4454-502 Matosinhos	Actividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei 5-A/2002 e Lei 159/99, nomeadamente na área da segurança, protecção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, protecção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.	
Matosinhos Sport MS, EEM	Rua Nova do Estádio 244 4460-381 Senhora da Hora	Planeamento, administração, gestão e manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção e realização de actividades de animação desportiva e de programas municipais de fomento desportivo.	100%
Matosinhos Habit MH, EEM	Rua Alfredo Cunha 99 1º 4450-023 Matosinhos	Gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município. Promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade.	100%



Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2010:

Categoria	N.º Trabalhadores		
	Município de Matosinhos	Matosinhos Sport MS, EEM	Matosinhos Habit MH, EEM
Administrador		1	2
Dirigente Superior	7		2
Dirigente Intermédio	43	5	1
Técnico Superior	398	18	21
Assistente Técnico	303	31	14
Assistente Operacional	959	96	6
Informática	17		1
Polícia Municipal	47		
Outros	18		2
TOTAL	1.792	151	49

Resultando um número médio de trabalhadores do grupo municipal de 664 trabalhadores.

1.2 Entidades Excluídas na Consolidação

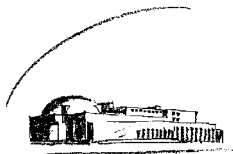
As entidades abaixo mencionadas não cumprem o disposto no n.º1 do art.º 46º da LFL, sendo excluídas da consolidação de contas.

Denominação	Sede Social	% Capital detido
FUNDAÇÃO DE SERRALVES	Rua D. João de Castro, 210 — Porto	<i>n.a.</i>
FUNDAÇÃO CASA DA MÚSICA	Avenida Boavista 604/10 — Porto	<i>n.a.</i>
ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S. A.	Rua de Vilar, 235 - 5º Porto	5,81%
PORTGÁS - SOC. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS, S. A.	Rua Linhas de Torres, 41 — Porto	0,2271%
PRIMUS - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, EMT, SA	Av. dos Aliados nº 236 – 4º Esq. — Porto	0,06%
METRO DO PORTO, S A.	Av. Fernão Magalhães 1862, 7º — Porto	0,000067%
LEIXÕES SPORT CLUB - FUTEBOL, SAD	Estádio do Mar – Lugar da Cruz de Pau — Matosinhos	20,00 %

n.a) não aplicável, por se tratar de uma Fundação

3. Informações de procedimentos de consolidação:

De forma a cumprir o disposto no n.º1 do art.º 46º da LFL e para que as demonstrações financeiras do grupo municipal consolidado do Município de Matosinhos apresentem informação financeira como se de uma entidade se tratasse, aplicou-se o método de consolidação integral, método este que consiste na integração, nas contas do município, dos valores constantes nas demonstrações financeiras das entidades consolidadas, eliminando-se as operações realizadas intergrupo.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2010**

A anulação dos investimentos financeiros do grupo municipal originou uma diferença de consolidação negativa na participação de capital da Matosinhos Habit, e positiva na da Matosinhos Sport.

Neste sentido, como definido nos princípios contabilísticos, a diferença de consolidação negativa foi registada nos rendimentos, em proveitos e ganhos extraordinário, enquanto a diferença positiva, sujeita a teste de imparidade, foi reconhecida como custo e perda extraordinária.

Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público, de forma a garantir a homogeneização da informação previamente à aplicação de qualquer dos métodos de consolidação.

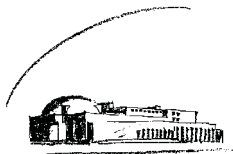
4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazo da seguinte forma:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimo de médio longo prazo	37.372.521,87			37.372.521,87
Fornecedores	21.645,78	248.739,65		270.385,43

O grupo municipal apresentará previsionamente as seguintes dívidas a terceiros daqui a quatro anos:

Entidade Beneficiária	Conta Patrimonial	Finalidade do empréstimo	Entidade Credora	Valor do empréstimo Utilizado	Data de vencimento	Capital previsível em dívida no fim 2014
Município de Matosinhos	2312	Habitação – Biquinha 3	C.G.D	490.857,03 €	16/09/2019	150.623,48 €
	2312	Habitação – Cruz de Pau	C.G.D	719.306,47 €	16/08/2019	222.400,31 €
	2312	Habitação – Guarda/Perafita	C.G.D	1.827.715,21 €	16/08/2020	656.799,05 €
	2312	Habitação – S.Gens	C.G.D	1.950.100,26 €	16/03/2020	648.430,11 €
	2312	Conjun. Habit. Sendim	C.G.D	5.865.100,11 €	22/01/2023	2.549.559,70 €
	2312	Conjun. Habit Soutelo	C.G.D	519.463,09 €	29/07/2023	215.578,07 €
	2312	Conjun. Habit Custóias	C.G.D	570.804,36 €	29/07/2023	236.884,79 €
	2312	Conjun. Habit S. Hora	C.G.D	604.508,14 €	27/01/2024	249.606,02 €
	2312	Conjun. Habit. Cruz de Pau	BPI	771.241,31 €	11/05/2020	224.957,62 €
	2312	Conjun. Habit. Seixo	BPI	1.539.724,96 €	11/05/2020	493.589,04 €
	2312	Conjun. Habit. Padrão da Légua, Chouso e Perafita	BPI	2.241.986,81 €	13/05/2020	821.044,76 €
	2312	Diversos Empreendimentos	C.G.D	31.229.155,27 €	02/11/2020	13.409.405,92 €
	2312	Financiamento complementar	C.G.D	2.162.293,71 €	22/09/2024	1.093.206,63 €



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2010**

	de diversos empreendimentos					
	2312	Diversos Empreendimentos	BPI	2.410.000,00 €	24/12/2026	803.693,93 €
	2312	Diversos Empreendimentos	C.G.D	4.285.867,49 €	14/05/2029	2.553.880,78 €
	2312	Diversos Empreendimentos (a)	C.G.D	2.625.000,00 €	25/12/2025	2.331.666,31 €
	2312	Diversos Empreendimentos (a)	IRHU	946.569,00 €	22/10/2030	946.569,00 €
	2312	Diversos Empreendimentos (a)	C.G.D	1.924.562,02 €	11/11/2030	1.924.562,02 €
MS – Matosinhos Sport	2611	Obras de beneficiação em Equipamentos desportivos Municipais	Santander Totta	190.546,00 €	15/11/2015	34.177,75
	2611	Obras de beneficiação em Equipamentos desportivos Municipais	Santander Totta	125.000,00 €	15/11/2015	22.479,75
TOTAL						29.589.115,04€

(a) O valor do empréstimo corresponde ao montante contratado

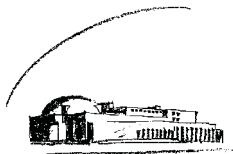
5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os valores apresentados no mapa de saldos e fluxos financeiros não se encontram circulados e estão de acordo com as contas da entidade-mãe.

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MS - Matosinhos Sport, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					- €					- €
Subsídios	21.520,24 €	3.590.809,63 €		3.083.293,74 €	529.036,13 €					- €
Empréstimos					- €					- €
Relações comerciais	161.525,00 €				161.525,00 €	279.270,45 €	4.224,88 €		2.123,57 €	281.371,76 €
Participações do capital em numerário					- €					- €
Participações do capital em espécie					- €					- €
Outros					- €					- €
Total	183.045,24 €	3.590.809,63 €	- €	3.083.293,74 €	690.561,13 €	279.270,45 €	4.224,88 €	- €	2.123,57 €	281.371,76 €

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MH - Matosinhos Habit, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	25.314,00 €	3.699.148,16 €	19.390,50 €	2.529.950,51 €	1.175.121,15 €					- €
Subsídios					- €		24.260,50 €		24.260,50 €	- €
Empréstimos					- €					- €
Relações comerciais					- €					- €
Participações do capital em numerário					- €					- €
Participações do capital em espécie					- €					- €
Outros					- €					- €
Total	25.314,00 €	3.699.148,16 €	19.390,50 €	2.529.950,51 €	1.175.121,15 €	- €	24.260,50 €	- €	24.260,50 €	- €

Não se verificaram relações entre a Matosinhos Sport e Matosinhos Habit.



6. Informações relativas a compromissos

No balanço consolidado não figuram compromissos assumidos no Município de Matosinhos para exercícios futuros, que se traduzem no seguinte:

Designação rubricas orçamentais		Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Total
0401010101	Transferência corrente - Empresa municipal de habitação		257.896,20	257.896,20
05010101	Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais	357.746,81		357.746,81
0801010101	Transferência de capital - Empresa municipal de habitação		229.042,98	229.042,98
0801010109	Transferência de capital - Outras	2.275,85		2.275,85
080802	Transferência de capital - Famílias - Outras		168.829,22	168.829,22
Total		360.022,66	655.768,40	1.015.791,06

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir das demonstrações financeiras desta autarquia e das entidades a consolidar, tendo sido seguidos os princípios e regras contabilísticas definidos pelo POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro. Foram efectuados as diversas correspondências patrimoniais, de forma a articular o sistema contabilístico da entidade consolidante e das entidades a consolidar.

Os critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os definidos no ponto 4 do POCAL.

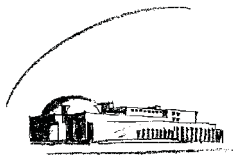
7.1 Imobilizações

Regra geral, os bens de imobilizado do grupo municipal foram registados pelo custo de aquisição, salvo no caso dos bens imóveis em que se procedeu ao método de mercado para avaliação de terrenos, ao método de custo para os imóveis devolutos e ao método de rendimento em todos os imóveis arrendados.

Os programas de computador em SNC (Sistema de Normalização Contabilística) figuram em Activos Intangíveis, tendo sido reclassificados em POCAL como Imobilizado corpóreo.

Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição. Excepto quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, podem ser objecto de redução, considerando o Método de Equivalência Patrimonial, aplicando



a NCRF 13 «Interesses em empreendimentos conjuntos e Investimentos em associadas», publicada no Aviso n.º15655/2009, de 7 de Setembro.

Amortizações

O desgaste anual dos bens do activo immobilizado é calculado segundo o método das quotas constantes, como definido no ponto 2.7.2. do POCAL.

7.2 Locação Financeira

Os activos immobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo princípio da substância sobre a forma. Os bens adquiridos dessa forma são registados como activo e a correspondente responsabilidade no passivo. Os juros incluídos no valor dos pagamentos e as amortizações do activo são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

7.3 Existências

As existências são valorizadas ao custo médio ponderado.

7.4 Provisões

A constituição de provisões diz respeito às situações a que estejam associados riscos e que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não sendo a sua importância superior às necessidades.

Assim sendo, foram constituídas provisões de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL, sendo calculadas da seguinte forma:

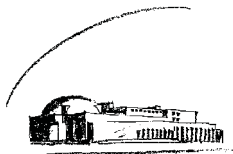
- a) 50% dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% dívidas em mora há mais de 12 meses.

7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.6 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2010**

8. Informações diversas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento».

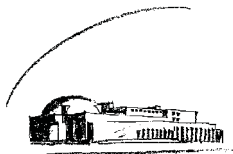
O valor registado nas rubricas de despesas de instalação, de investigação e de desenvolvimento corresponde a projecto de obras em curso do Município de Matosinhos, registando-se em 2010 um aumento de 777.090,29€

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2010, nas rubricas de immobilizado do grupo municipal, cingem-se aos seguintes mapas:

ACTIVO BRUTO

Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:					
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	3.538.280,77	4.625,00	0,00	-15.768,76	3.558.674,53
EDIFÍCIOS	2.846.513,35	5.479,37	0,00	0,00	2.851.992,72
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	217.858.247,51	141.100,72	0,00	-3.659.904,19	221.659.252,42
BENS PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTIST. E CULTURAL	2.052.944,12	21.005,60	0,00	-84.070,00	2.158.019,72
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.433.923,81	-537,16	0,00	0,00	1.433.386,65
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	15.736.223,78	3.618.714,67	0,00	4.296.177,44	15.058.761,01
ADIANT. POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	636.854,07	31.717,66	0,00	-745.372,63	1.413.944,36
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	45.203,69	18.980,00	0,00	0,00	64.183,69
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	971.138,44	53.056,01	0,00	714.208,73	309.985,72
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	117.393.940,22	12.039.130,25	235.931,34	5.908.830,57	123.288.308,56
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	356.657.245,86	27.804.251,48	389.062,35	18.107.856,09	365.964.578,90
EQUIPAMENTO BÁSICO	10.634.891,79	419.105,16	0,00	30.979,40	11.023.017,55
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	4.660.577,14	73.574,30	73.554,60	22603,39	4.637.993,45
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.543.866,28	5.260,62	40,00	0,00	1.549.086,90
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	6.591.235,13	428.033,43	0,00	28.268,44	6.991.000,12
TARAS E VASILHAME	569,24	0,00	0,00	0,00	569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	6.870.829,45	242.295,50	0,00	952,08	7.112.172,87
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	38.634.436,87	21.014.865,13	0,00	6.604.312,62	53.044.989,38
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOB. CORPÓREAS	70.373,64	0,00	0,00	0,00	70.373,64
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
PARTES CAPITAL	2.012.899,09	40.000,00	61.871,01	0,00	1.991.027,99
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	790.190.194,25	65.960.657,74	760.459,30	31.209.073,18	824.181.319,42



AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

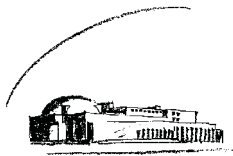
	SALDO INICIAL - 2010	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL - 2010
<i>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
EDIFÍCIOS	35.581,42	35.650,78	0,00	71.232,20
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	111.070.862,83	14.804.281,77	63.302,50	125.938.447,10
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	50.572,84	25.354,91	4,08	75.931,83
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	238.859,60	33.493,00	0,00	272.352,60
<i>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</i>				
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	579.540,53	277.119,86	31.163,90	887.824,29
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	1.218,97	0,00	0,00	1.218,97
<i>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	46.047.729,07	9.255.640,56	-3.444.934,56	51.858.435,07
EQUIPAMENTO BÁSICO	7.449.999,49	810.859,76	-27.441,74	8.233.417,51
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	4.052.070,97	195.395,81	-79.540,17	4.167.926,61
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.525.598,47	8.249,35	0,00	1.533.847,82
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	5.702.970,63	610.805,51	-27.568,64	6.286.207,50
TARAS E VASILHAME	497,97	17,82	0,00	515,79
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	2.780.357,36 €	536.565,40	-1.212,13	3.305.109,51
<i>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</i>				
PARTES DE CAPITAL	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	180.135.860,15	26.593.434,53	-3.486.226,76	203.232.466,80

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar immobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

d) Montante dos ajustamentos de valor dos activos abrangidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não aplicável



e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado.

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado.

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

O Município tem garantias prestadas a fornecedores no valor de 300,00€, distribuído pelos fornecedores Manuel Mota, Freitas & Teixeira no valor de 60€, proveniente da aquisição de caloríferos catalíticos e EDP Gás relativamente ao Tanatório de Matosinhos no montante de 240€.

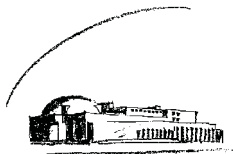
A Matosinhos Sport prestou garantia à Direcção de Finanças do Porto – Serviço de Finanças de Matosinhos 1, no âmbito de processo de execução fiscal, no montante de 1.831.706,20€.

i) Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividades.

Designação	Município Matosinhos	Matosinhos Habit MH, EEM	Matosinhos Sport Ms, EEM	Total Consolidado
Vendas	88.968,67		36.99	89.005,66
Prestações de Serviços	4.111.794,49	2.312.976,66	2.332.098,05	8.756.869,20



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2010**

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efectuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

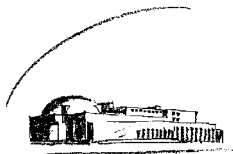
Entidade	Remunerações	
	Órgão Executivo	Órgão Fiscalização
Município de Matosinhos	316.692,27	16.500,00
Matosinhos Habit MH, EEM	62.017,51	5.760,00
Matosinhos Sport Ms, EEM	43.305,14	6.000,00
Total	422.014,92	28.260,00

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2010**

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujo conteúdo não sejam comparáveis com os do exercício anterior

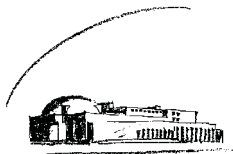
As demonstrações financeiras consolidadas não apresentam comparativo com o exercício anterior, em virtude deste se trata do ano zero da consolidação de contas.

q) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2010	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2010
681	Juros suportados	865.876,88	781	Juros obtidos	80.682,17
682	Perdas em entidades participadas		782	Ganhos em entidades participadas	
683	Amort. de investim em imóveis		783	Rendimentos de imóveis	
684	Provisões p/ aplicações financeiras		784	Rendim. de particip. de capital	86.844,10
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis		785	Diferenças de câmbio favoráveis	
687	Perdas na alienação de aplic. tesour.		786	Descontos pronto pagam. obtidos	85,90
688	Outros custos e perdas financeiros	3.357,00	787	Ganhos na alienação aplic. tesour.	
	Resultados financeiros	-373.683,19	788	Outros prov. e ganhos financeiros	327.938,52
	TOTAL	495.550,69		TOTAL	495.550,69

r) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2010	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2010
691	Transf. Capital Concedidas	2.339.183,25	791	Restituição de impostos	0,00
692	Dívidas incobráveis	15.625.568,44	792	Recuperação de dívidas	0,00
693	Perdas em existências	83.173,61	793	Ganhos em existências	62.703,63
694	Perdas em imobilizações	558.935,51	794	Ganhos em imobilizações	2.731.816,09
695	Multas e penalidades	184.820,20	795	Benefícios de penalid. contratuais	313.070,50
696	Aumentos de Amort. e provisões	186.890,12	796	Redução de Amortiz. e provisões	15.591.150,47
697	Correcções relativas a ex. anteriores	43.618,19	797	Correcções relativas ex. anteriores	832.281,89
698	Outros custos/perdas extraordinários	184.977,43	798	Outros prov./ ganhos extraordinár.	5.933.912,49
	<i>Result. Extraordinários</i>	<i>5.940.459,93</i>			
	TOTAL	25.147.626,68		TOTAL	25.147.626,68



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2010**

s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	37.352.087,61	50.009,83	16.188.566,48	21.213.530,96
292	Provisões para riscos e encargos	335.453,04	0,00	335.453,04	0,00
39	Provisões para depreciações de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	600.000,00 ⁽¹⁾	0,00	0,00	600.000,00

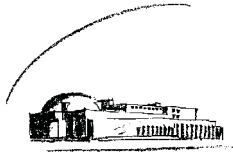
⁽¹⁾ Valor relativo à participação financeira no LEIXÕES SPORT CLUB - FUTEBOL, S.A.D., do Município.

t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

Entidade	Descrição	Locador	Contrato N.º	Data Contrato	Valor Contabilístico (V. Líquido)
Município de Matosinhos	TRACTOR AGRÍCOLA JONH DEERE 6620 CABINA 4 RM [91-CQ-67]	CAIXA LEASING & FACTORING, S.A.	327952	11-04-2007	40.276,80
	VIATURA SCANIA P270 CB 4X2 MNZ CP 114 [00-EF-65]	CAIXA LEASING & FACTORING, S.A.	332814	28-09-2007	67.842,75
Matosinhos Habit MH, EEM	VIATURA VOLVO 29-JB-16	BANCO PORTUGUÊS INVESTIMENTO, S.A	2010004040	29-03-2010	41.600,00
Matosinhos Sport Ms, EEM	EQUIPAMENTO DESPORTIVO	SANTANDER TOTTA, S.A	192096	15-11-2010	190.546,00
	EQUIPAMENTO DESPORTIVO	SANTANDER TOTTA, S.A	193559	15-11-2010	125.000,00
<i>Total.....</i>					465.265,55

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Não aplicável.



9. Informações diversas

Das entidades que pertencem ao Grupo Câmara Municipal de Matosinhos, apenas a entidade-mãe utiliza o POCAL, sendo que as restantes entidades prepararam as demonstrações financeiras no quadro do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, de acordo com a Estrutura Conceptual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, consignadas, respectivamente, nos Avisos n.º 15652/2009, n.º 15655/2009 e n.º 15653/2009, de 27 de Agosto, publicados em 7 de Setembro, estando de acordo com a modelização e codificação aprovadas pelas Portarias n.º 986/2009, de 7 de Setembro e n.º 1011/2009, de 9 de Setembro. Por esse motivo, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas procedeu-se à reclassificação das contas de SNC para POCAL.

Consolidação de Contas 2010

Certificação Legal das Contas

6



Matosinhos
Câmara Municipal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Município da Matosinhos, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 646.282.458 Euros e fundos próprios de 459.651.158 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 8.487.784 Euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município de Matosinhos e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o Sector das Autarquias Locais.
8. Sem afectar a nossa opinião referida no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o seguinte:
 - a) Foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada a Orientação n.º1/2010, intitulada de "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo" cujo âmbito de aplicação inclui os municípios.
 - b) Conforme mencionado na introdução do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados, de acordo com as instruções para o exercício de 2010 relativas à consolidação de contas dos municípios, emanadas pelo SATAPOCAL – Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL, o exercício de 2010 deve ser considerado como o "ano zero" da consolidação de contas no subsector das autarquias locais, razão pela qual as presentes demonstrações financeiras não apresentam comparativos.
 - c) Na elaboração do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados, o Município de Matosinhos acolheu a sugestão do modelo de estrutura de anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados constante das instruções acima referidas emanadas pelo SATAPOCAL.

Porto, xx de Junho de 2011